



PREFEITURA  
MUNICIPAL

Parecer nº: **1035** /2015 – PROGEM

Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Assunto: Retificação do Parecer de nº 926/2015-PROGEM concernente à análise do procedimento de Dispensa de Licitação nº 002/2015-FCCM – Processo nº 16.811/2015 – Aquisição de Combustível.



### PARECER DE RETIFICAÇÃO

Trata-se de retificação atinente ao Parecer Técnico Jurídico de nº 926/2015-PROGEM, onde consta como citação de artigo de lei:

"Assim sendo, o caso apresentado encontra guarida no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV – Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. (Grifei).

(...)."

Todavia, deveria constar como citação:

"Assim sendo, o caso apresentado encontra guarida no art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

*V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;*

*(...)." (Grifei).*

Neste viés, o bojo do Parecer acostado às fls. 227/229 dos autos do Processo nº 16.811/2015/FCCM – Dispensa de Licitação nº 002/2015/FCCM, deverá passar a figurar com a seguinte redação:

"Assim sendo, o caso apresentado encontra guarida no art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

*V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a*



PREFEITURA  
MUNICIPAL

Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;  
(...).' (Grifei).

Devendo-se manter as demais disposições no parecer retro retificado.

Neste viés, EM HAVENDO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS, OPINO pela CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO, em tudo resguardado os termos legais.

Relatado,

É o parecer.



Marabá, 19 de outubro de 2015.

ALEXANDRE LISBOA DOS SANTOS

Procurador Geral do Município de Marabá

Portaria 007/2013-GP